

## ÉTICA E PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dilma Vana Rousseff  
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Aloizio Mercadante

**SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL**  
DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA COORDENAÇÃO DE  
APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES:

João Carlos Teatini de Souza Clímaco

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE**  
**UNICENTRO**

REITOR: Aldo Nelson Bona

VICE-REITOR: Osmar Ambrósio de Souza

PRÓ-REITORA DE ENSINO: Márcia Tembil

COORDENADORA NEAD/UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel

COORDENADORA ADJUNTA NEAD/UAB/UNICENTRO: Jamile Santinello

**SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

DIRETOR: Carlos Eduardo Schipanski

VICE-DIRETOR: Adnilson José da Silva

**COMITÊ EDITORIAL DO NEAD/UAB**

Aldo Bona, Edelcio Stroparo, Edgar Gandra, Jamile Santinello, Klevi Mary Reali,  
Margareth de Fátima Maciel, Maria Aparecida Crissi Knüppel,  
Rafael Sebrian, Ruth Rieth Leonhardt.

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE**  
**GESTÃO ESCOLAR MODALIDADE A DISTÂNCIA**

COORDENADORA DO CURSO: Klevi Mary Reali

COORDENADORA DE TUTORIA: Fabíola de Medeiros

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO: Ademir Juracy Fanfa Ribas, Ademir Nunes  
Gonçalves, Adnilson José da Silva, Aldo Nelson Bona, Carlos Alberto Kühl, Carlos  
Eduardo Bittencourt Stange, Darlan Faccin Weide, Fabíola de Medeiros, Jamile Santinello,  
Klevi Mary Reali, Márcio Alexandre Facini, Margareth de Fátima Maciel,  
Nilsa de Oliveira Pawlas, Rosangela Abreu do Prado Wolf



**UNICENTRO**  
PARANÁ

Paulo Guilhermeti

# EDUCAÇÃO, ÉTICA E PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS

COMISSÃO CIENTÍFICA: Ademir Juracy Fanfa Ribas, Ademir Nunes Gonçalves,  
Adnilson José da Silva, Aldo Nelson Bona, Carlos Alberto Kühl, Carlos Eduardo  
Bittencourt Stange, Darlan Faccin Weide, Fabíola de Medeiros, Jamile Santinello, Klevi  
Mary Reali, Márcio Alexandre Facini, Margareth de Fátima Maciel, Nilsa de Oliveira  
Pawlas, Rosangela Abreu do Prado Wolf

REVISÃO ORTOGRÁFICA  
Dalila Oliva de Lima Oliveira

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO  
Andressa Rickli  
Espencer Ávila Gandra  
Natacha Jordão

CAPA  
Espencer Ávila Gandra

Gráfica Unicentro  
500 exemplares

Catálogo na Publicação  
Biblioteca Central da UNICENTRO-Guarapuava Campus Santa Cruz

G954e      Guilhermeti, Paulo  
Educação, ética e princípios democráticos / Paulo Guilhermeti. – –  
Guarapuava: UNICENTRO, 2013.  
27 p. (Coleção Gestão Escolar, 3)

Bibliografia

1. Educação. 2. Ética. 3. Princípios Democráticos. I. Título.

CDD 20. ed. 370,114

Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade do autor.

# [SUMÁRIO]

APRESENTAÇÃO	07
UNIDADE 1 - EDUCAÇÃO, ÉTICA E PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS	09
UNIDADE 2 - ÉTICA E EDUCAÇÃO	17
UNIDADE 3 - PRINCÍPIOS PRÁTICOS E CIDADANIA	23
REFERÊNCIAS	27



# [APRESENTAÇÃO]

Prezado aluno,

Neste texto, desenvolvemos uma reflexão sobre o fenômeno educacional e o desafio da atual escolarização com a socialização e a transformação do legado cultural, produzido historicamente pela humanidade.

Primeiramente, a educação é tratada em seu sentido amplo, como conceito antropológico, ou seja, como uma experiência essencialmente humana que procura promover a apropriação e a transformação da cultura pelas novas gerações. A cultura, neste caso, que constitui o objeto da educação, é formada pelas experiências acumuladas por gerações anteriores, nas diversas esferas da vida social, tais como o trabalho, a subjetividade e os valores.

Enquanto as experiências dessas diferentes esferas da sociedade abrangem a educação em geral, o seu conceito amplo, a dimensão da subjetividade, que produz o saber, a teoria, a filosofia, a ciência, constituem o objeto da educação escolarizada.

Reconhecer o exato espaço da educação escolar é importante para dar legitimidade a sua função social diante das diferentes manifestações culturais que também possuem um forte papel educativo na sociedade contemporânea.

Em seguida, a ética é analisada como uma necessidade histórica da sociedade de ordenar as suas relações. E como a sociedade se transforma, os valores e a ética também se modificam para atender às novas exigências de cada época. Assim, de uma ética associada à política entre os gregos antigos, da ética da interioridade na Idade Média e da ética do trabalho na Modernidade, passamos à cultura ocidental, que apresenta hoje uma crise da ética que exige de todas as esferas sociais, especialmente da educação escolar, novos desafios e tarefas para construção de uma sociedade fundamentada na humanização.

Finalmente, os princípios democráticos são discutidos na sua inter-relação com a educação e a ética. Os desafios postos à necessidade de transformação da sociedade atual apresentam os limites de uma democracia e de uma cidadania apenas formal.

É necessário ir além das aparências para fazer a crítica, e partir para a práxis transformadora, que pode construir uma sociedade em que a educação não constitua apenas um processo adaptativo, mas uma dinâmica reinvenção da cultura como humanização.

## [ UNIDADE I ]

# EDUCAÇÃO, ÉTICA E PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS

No livro *Pedagogia histórico-crítica*, o Professor Dermeval Saviani (2008, p. 13) salienta que: “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Essa afirmação categórica do Professor Saviani expressa o caráter antropológico da educação, ou seja, concebe-a como uma manifestação genuinamente humana, que reafirma essa condição ao propiciar a apropriação e a transformação da cultura enquanto legado das gerações anteriores.

Portanto, a educação é um ato intencional, deliberado e necessário para a continuidade da existência humana. Se a cultura é objeto da educação, ela tem uma abrangência coletiva, universal, e refere-se a tudo aquilo que o homem produz, pois o processo educativo direciona-se ao sujeito particular que dela precisa para sua humanização.

É importante compreender a educação a partir da sua relação com a cultura, pois na sociedade capitalista contemporânea, o acesso a ela não

constitui mais uma garantia de educação no sentido antropológico, apontado anteriormente.

Para entendermos melhor essa contradição, é necessário primeiramente entender a cultura contemporânea num sentido mais restrito, ou seja, enquanto diferentes formas de manifestação intelectual (filosófica, artística, científica, etc.), e o seu processo de socialização dentro e fora da escola.

Aranha (2008) salienta que é difícil estabelecer uma classificação dos diferentes tipos de cultura da sociedade atual em função da hierarquização e da diversificação das expressões culturais. Mesmo assim, a autora divide a cultura contemporânea em quatro tipos básicos: cultura erudita, cultura popular, cultura popular individualizada e cultura de massas.

A cultura erudita é a produção cultural acadêmica, expressa pela filosofia, pela ciência, que é produzida e difundida, sobretudo, nas universidades, nos centros de ensino superior por pesquisadores, ou ainda, por artistas e intelectuais.

É uma produção clássica que rompe o tempo e constitui uma importante fonte de conhecimento que influenciou e/ou revolucionou os homens no passado, mas ainda estimula a curiosidade no presente. Por ser um tipo de cultura bastante exigente quanto a sua elaboração e difusão, a cultura erudita é bastante restrita em relação ao seu público. Enquanto não for possível a universalização do saber escolar em todos os seus níveis - da educação básica ao ensino superior - a socialização desse tipo de cultura permanecerá restrita a uma pequena parcela da sociedade.

A cultura erudita é o principal conteúdo formativo da educação escolar, mas se a escola é o principal veículo desse tipo de cultura, é preciso considerar que a formação elementar trata apenas dos rudimentos da ciência e da filosofia. Daí a necessidade de expansão da escolarização da cultura erudita para a consolidação da cidadania e da democracia.

A cultura popular geralmente é compreendida como a cultura espontânea e não sistematizada que expressa ideias, valores e comportamentos dos diferentes segmentos sociais. Algumas vezes, a cultura popular se identifica com o folclore: as lendas, contos, tradições, culinária, etc. Essa identificação pode ser aceita tranquilamente, desde

que se compreenda a dinâmica que envolve o folclore e o seu permanente processo de transformação.

A cultura popular é um importante conteúdo da educação tanto informal como formal. Entretanto, como ingrediente da educação escolar, deve ser considerada apenas como um conteúdo complementar da cultura erudita.

A cultura popular individualizada é uma produção cultural individual de escritores, poetas, músicos, dramaturgos, cineastas e intelectuais que não estão no meio universitário, não são anônimos e também não trabalham em equipe como é o caso da cultura de massas, como veremos adiante.

Os representantes desse tipo de cultura acompanham a dinâmica social da sua época, sofrem influências ideológicas e procuram expressar ideias e sentimentos a partir dos materiais e recursos da linguagem artística que identifica os seus trabalhos. A cultura popular individualizada tem um potencial educativo, mas assim como a cultura popular, deve ser apenas um conteúdo acessório da cultura erudita na formação escolar.

A cultura de massas é formada, sobretudo, pelos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação de massa com fins ideológicos e de lucratividade. Os produtos da televisão, rádio, cinema, jornais, revistas, etc., são elaborados a partir de uma divisão industrial do trabalho.

Portanto, são produtos elaborados por uma equipe, para o mercado. Geralmente, os produtos da cultura de massa não são educativos e são direcionados para o entretenimento, para a diversão, e não constituem uma experiência estética nova que amplia a subjetividade e os conhecimentos do público. Por isso, Adorno e Horkheimer (1985) afirmam que a cultura de massas se caracteriza por mostrar sempre o mesmo de uma maneira diferente. As telenovelas, por exemplo, apresentam sempre o mesmo enredo, mas com personagens diferentes.

A cultura de massas é caracterizada por descrições do cotidiano, por fofocas de personalidades, por conflitos amorosos com um final feliz, pelo sensacionalismo em torno de competições e resultados esportivos, noticiários multifacetados e fragmentados, dentre outros.

Todos esses produtos, para conseguirem um consumo maior, são direcionados a um público médio com uma exigência intelectual infantil.

Como o principal compromisso da cultura de massas é com os anunciantes, todo o seu esforço se concentra em conquistar consumidores.

Por isso, os seus produtos são pensados e produzidos para atender à condição psicológica do sujeito exaurido fisicamente e emocionalmente pelo trabalho monótono, repetitivo e alienante do cotidiano da sociedade capitalista. Os produtores da cultura de massa sabem que o seu consumidor, ao chegar em casa, quer ligar a televisão e esquecer o massacrante dia de trabalho que teve de enfrentar.

De certa maneira, os produtos da cultura de massas oferecem um conforto psicológico para que o consumidor esteja em condições de enfrentar um novo dia de trabalho alienante. Este é o seu caráter ideológico que favorece a adaptação dos indivíduos à sociedade capitalista. Portanto, a cultura de massas não é educativa, e jamais deve fazer parte da educação escolar, a não ser como objeto de análise e crítica.

Essa breve análise da cultura como elemento fundamental da educação apresenta alguns dilemas que envolvem a formação cultural do sujeito contemporâneo. Em primeiro lugar, a educação se efetiva por um complexo processo de socialização de diferentes experiências.

A família, o trabalho, a escola, o lazer, a política, a religião ou a cultura de massas são instâncias mediadoras entre o sujeito e sua formação. Assim, não podemos pensar a educação escolar e a especificidade do seu trabalho educativo, que se efetiva pelo conteúdo da cultura erudita, sem estabelecer suas relações e influências com as demais instâncias educativas da sociedade atual.

A transformação da família tradicional, com a crescente dissolução do matrimônio, com os casamentos entre homossexuais, com os casais que residem em moradias diferentes, dentre outras formas de relacionamentos, constituem novas experiências para a formação dos valores das crianças, especialmente, nos primeiros anos de vida.

A família tradicional e patriarcal burguesa, desde o século XIX, tem sido a célula básica e o modelo de identificação da criança com as normas e valores sociais. Cabia a esse tipo de autoridade familiar, iniciar o processo formativo que passava pela adaptação aos valores da sociedade vigente e que tinha sequência com a educação escolar.

Hoje, a escola, depois de assumir a responsabilidade pela alimentação, por meio da merenda, de campanhas de cata ao piolho, da educação do trânsito, etc., vem enfrentando a necessidade de ocupar-se com a educação dos valores em função da crescente indisciplina e violência dos alunos.

A ausência e/ou a fragilidade da autoridade familiar prejudica a formação da identidade da criança, que procura outras formas de identificação, especialmente na cultura de massas, mais especificamente nos heróis dos programas de televisão e do cinema. Essas são as condições sociais que favorecem a extensão do período da adolescência ou da transição entre a infância e a vida adulta.

Este é o principal perfil do aluno em idade escolar, que vem de uma educação familiar prejudicada em relação aos valores e normas sociais, com uma identidade psicológica indefinida, tendo passado pelas mais variadas experiências devido à ausência de uma orientação educacional saudável.

Aqui está um dos dilemas da escola, que tem por objetivo socializar a cultura erudita, a cultura letrada (SAVIANI, 2008, p. 15), que exige atenção, concentração e esforço para ser assimilada e reelaborada.

Mas se esse aluno não tem a predisposição necessária para o esforço que esse processo educativo exige, surgem as mazelas da educação básica: a indisciplina, a repetência, os baixos índices de aproveitamento, etc.

Giroux (1997) esclarece que uma das principais dificuldades da educação escolar, na atualidade, é que o seu conteúdo, isto é, a cultura letrada se contrapõe à cultura visual que vem se tornando uma experiência cada vez mais hegemônica na formação das novas gerações pois, enquanto a primeira fixa a palavra e exige do aluno atenção, concentração e diálogo, a outra apresenta suas mensagens a partir de imagens, movimentos e cores em flashes sucessivos com os recursos cada vez mais sofisticados do aparato tecnológico dos meios de comunicação de massa.

Além disso, esta última é impositiva, uma via de mão única, que não propicia o diálogo, e vê no seu interlocutor um receptor passivo. Não é sem motivo que os professores de didática afirmam que a capacidade de atenção dos alunos é, em média, de cinco minutos. Além desses fatores sociais, a educação escolar é muito influenciada pela lógica do trabalho capitalista, caracterizada, sobretudo, pela alienação e pela ideologia. As relações de trabalho capitalista produzem a alienação ao separar os produtos do

trabalho dos seus trabalhadores. O verbo alienar vem dos termos latinos alienare, alienus, que significam afastar, distanciar, separar, que pertence a outro, que é estranho.

Na sociedade capitalista, o trabalhador troca sua força de trabalho por um salário. Assim, o fruto do seu trabalho é apropriado pelo capitalista que lança no mercado um produto completamente indiferente e despersonalizado aos seus produtores.

Além de perder a posse do produto do seu trabalho, o trabalhador assalariado não tem o domínio sobre o horário e o ritmo de trabalho, não decide sobre o preço do salário, e não projeta sua identidade no que está sendo feito. Portanto, ele deixa de ser o centro ou a referência de si mesmo.

Além de promover um controle efetivo do trabalhador durante a jornada de trabalho, a alienação, depois da consolidação do modo de produção capitalista com o advento das máquinas nas unidades industriais, tornou-se também extensiva ao tempo livre e de lazer da sociedade contemporânea. A cultura de massas, por meio da televisão, do rádio e do cinema, a partir do início do século XX, passou a veicular conteúdos ideológicos que reproduzem ideias e valores funcionais da sociedade burguesa.

A alienação hoje está presente em todos os momentos da vida do sujeito contemporâneo, inclusive na escola. Embora muitos considerem a prática escolar apolítica, ela possui um caráter ideológico simplesmente porque não está isolada da sociedade.

A escola pode veicular a alienação e a ideologia de várias formas: pela legislação, pelas teorias da educação, e também pela prática pedagógica. No Brasil, a história da educação revela um grande embate entre os representantes da igreja católica e os liberais.

Certamente, a forte presença da igreja na educação se deve ao monopólio que os jesuítas tiveram durante o período colonial com relação à criação de escolas e métodos de ensino. A LDB de 1961 refletiu os interesses dos liberais, que defendiam a escola pública diante da ala conservadora dos católicos, que desejavam a subvenção do Estado para as Redes Particulares de Ensino.

A Lei 5.540/68 refletiu o interesse da ditadura militar de reorganizar a educação superior no Brasil, visando à preparação de mão de obra especializada necessária ao capital estrangeiro que entrava no país na

década de 1960. Os desdobramentos da legislação educacional definem um maior ou menor compromisso político, e, portanto, ideológico, com a maioria da população que, também, influencia a prática pedagógica;

Para Aranha (2008), a prática pedagógica pode estar vulnerável à ideologia a partir da organização escolar, da escolha e uso dos livros didáticos, do enfoque das disciplinas e do trabalho do professor. Talvez uma das maiores dificuldades da educação escolar esteja na organização do trabalho pedagógico.

A tendência do capitalismo contemporâneo de fragmentar o trabalho, nas variadas esferas da vida social, também está presente na escola, que distribui os conteúdos de aprendizagem em diferentes disciplinas. Além disso, no interior de cada uma delas, há ainda uma fragmentação dos conteúdos por série.

Em função dessa divisão do trabalho pedagógico, muitas vezes, ocorre uma dispersão e uma falta de continuidade dos conteúdos no processo ensino aprendizagem. Cabe à equipe pedagógica da escola, administrar essa situação e garantir a permanência, a unidade e a continuidade dos conteúdos culturais formativos, em conformidade com o projeto político pedagógico da instituição.

A produção e a reprodução da alienação e da ideologia na escola também estão relacionadas à prática pedagógica do professor. A escolha do livro didático e dos textos de apoio define uma linha de pensamento e uma forma de interpretação da realidade que pode favorecer a adaptação do aluno à realidade.

A discussão da educação a partir do processo de produção, de apropriação e de transformação da cultura remete necessariamente a nossa reflexão sobre a dimensão ética do fenômeno educativo na sociedade contemporânea.



## [UNIDADE II]

# [ÉTICA E EDUCAÇÃO

Desde que os homens passaram a viver em sociedade, surgiu a necessidade de se estabelecerem regras, normas e leis para regular as relações do agrupamento. Historicamente, essas normas foram necessárias para garantir certa ordem na convivência e na sociabilidade humana.

Como esse ordenamento é histórico, ou seja, produzido pelos próprios homens, ele não se dá naturalmente, ao contrário, é inventado e reelaborado conforme as demandas e aspirações que estes criam em certas situações.

Na sociedade contemporânea, as regras, normas e leis são bem diferentes daquelas vividas pelos homens da antiguidade. Portanto, cada época histórica tem a sua própria ordem social, porque os homens avaliam o seu comportamento a partir de um confronto com a sua realidade.

Essa avaliação, esse julgamento que o homem faz da ordem estabelecida se dá em duas dimensões: uma objetiva e outra subjetiva. Na dimensão objetiva encontram-se as leis jurídicas que, diante de uma perturbação da ordem, impõem uma sanção, uma penalidade. Na dimensão subjetiva está a consciência moral do sujeito individual, que valoriza o

comportamento e os atos humanos ao julgar se uma atitude ou posição está certa ou errada.

O julgamento subjetivo não acarreta punição diante de uma perturbação da ordem, porque se refere apenas à avaliação da consciência moral, como no caso da mentira, por exemplo.

Ninguém é detido ou punido por mentir, mas um mentiroso pode perder credibilidade diante das pessoas com as quais convive. Para Gonçalves e Wyse (1996, p. 11), a consciência moral é a capacidade que todo indivíduo possui de reagir ao que é certo e ao que é errado, isto é, a capacidade de distinguir entre o Bem e o Mal.

A consciência moral desempenha uma função social vital, pois diferentemente das normas jurídicas, que são uma imposição do Estado, é cumprida por uma convicção íntima, mesmo diante de uma situação considerada injusta.

Este é o terreno da ética que trata dos valores e das virtudes, que, por sua vez, se referem ao comportamento humano. Portanto, o campo da ética é constituído pelo comportamento humano e pelos juízos de valor sobre esses comportamentos.

Ao fazer juízos de valor, a reflexão ética procura ver o que está em conformidade ou em contrariedade com as normas de convivência dos homens em sociedade, ou seja, ela quer decidir entre o que é o Bem ou o que é o Mal. Assim, a ética se apresenta como uma necessidade social, porque o homem é um ser contraditório, que oscila entre o racional e o animal, o consciente e o inconsciente, o público e o privado. A ética quer, então, resolver o conflito entre o que o homem deve fazer e o que ele quer fazer.

É a imperfeição da vida humana, o desejo do homem de ser feliz, que remetem aos valores supremos do ideal ético, ou seja, à construção de uma outra sociedade mais humana, igualitária, livre e solidária como um projeto de humanização. Por isso, embora a consciência moral seja individual, é na sociedade e nas relações com as outras pessoas que se pode afirmar ou negar o que é ético ou aético.

Essa condição implica pensar que, na discussão ética, há uma dimensão individual da reflexão e uma dimensão pública da vida coletiva

da sociedade, que revelam o bem comum, como o encontro entre o comportamento individual e o interesse coletivo.

Mas se o ideal de humanização e o bem comum orientam o ideal ético, é também importante considerar que costumes e valores mudam, transformam-se, assim como a sociedade se transforma. Além disso, certos valores e costumes possuem significados diferentes em diferentes culturas (VALLS, 1994, p. 10). Por exemplo, os esquimós usam, sem problemas, casacos de pele de animais. Para eles, é uma questão de sobrevivência numa região tão fria que inviabiliza o cultivo de plantas.

Embora a relativização histórica e cultural dos costumes constitua uma questão importante para a ética, vamos centrar nossa reflexão nas transformações históricas da ética na cultura ocidental, para então discutirmos a crise da ética na sociedade moderna e os desafios e tarefas da educação nesse contexto.

A Grécia antiga é conhecida como o berço da cultura ocidental. Os gregos antigos inventaram o teatro: a tragédia e a comédia. Criaram, ainda, a democracia, a jurisprudência e também foram os primeiros povos a desenvolver reflexões éticas. “Os gregos entendiam que os juízos sobre o bem, a verdade, a justiça, eram ditados pela consciência moral (individual), mas decididos de maneira livre e racional em praça pública, na polis” (GONÇALVES; WYSE, 1994, p. 19).

Para os antigos gregos, a ética constitui um exercício de racionalidade e de liberdade, e está associada à política, pois a plena cidadania era exercida a partir do diálogo entre homens livres.

Já a ética medieval sofre uma mudança significativa. O poder da Igreja Católica sobre as pessoas estabeleceu normas de convivência social fundamentadas nos princípios do cristianismo. Como as principais virtudes do cristianismo são a fé e a caridade, a sua ética volta-se para os sentimentos, para as intenções, e revela-se como algo interno da ordem privada dos indivíduos.

Já não se trata mais de uma ética expressa na ação, no comportamento social tal como aquela pregada pelos gregos antigos, mas de uma ética expressa sob a forma de boas intenções, e no desejo de alcançar o bem e atender às prerrogativas ditadas por Deus. Trata-se de uma ação que estabelece as relações dos indivíduos com Deus, que julga as ações

dos homens. Assim, podemos dizer que a ética medieval é uma ética da interioridade.

A ética moderna é instaurada como consequência do processo de transformação do feudalismo medieval para o capitalismo moderno. Esse novo modo de produção que tem a burguesia como a classe social que detém os meios de produção: o capital, a matéria prima e os instrumentos de trabalho, impõe uma nova lógica do trabalho que produz para o mercado e para obtenção máxima do lucro a partir da exploração da força de trabalho dos proletários assalariados.

Na sociedade moderna, o trabalho passa a ter virtudes, a dignificar o homem, pois ele é o principal responsável pela produção da riqueza social. Nas sociedades antiga e medieval, o trabalho tinha uma conotação negativa. O próprio termo “trabalho”, originário do latim *tripalium* significava “instrumento de tortura”. Era ainda, um tipo de atividade desvalorizada e reservada aos escravos e servos.

Além disso, na modernidade, a ética do trabalho torna-se tão importante, que passa a identificar e a distinguir o homem dentre todos os outros seres vivos, como o único que, por meio do trabalho, transforma a natureza para dotar a sua vida de mais recursos e conforto. O trabalho passa a ser a dimensão antropológica do homem.

Juntamente com essa ética do trabalho, outros valores relacionados passaram a fazer parte do cotidiano da sociedade, tais como a disciplina, a subordinação, a segurança e o interesse pessoal.

Esses valores caracterizam a lógica do capitalismo, que se legitima no direito civil, cujo princípio é o de que todos são iguais perante a lei; no direito político, que determina que qualquer cidadão pode participar de eleições livres e ser um representante político da sociedade; e no direito social, que assegura a previdência social, a saúde e a educação.

Para Gonçalves e Wyse (1996), esses são valores, e os direitos formais deles provenientes contribuem para o desenvolvimento econômico da sociedade, mas são contrários às ideias de trabalho como expressão de liberdade, de criação, de solidariedade e de transformação do homem e da sociedade.

Os homens não podem ser concebidos como natureza, pois a sociedade é construída historicamente para estabelecer certa ordem, que

é definida pelos próprios interesses e necessidades destes na produção material da sua existência. É nessa contradição entre a formalidade da ética burguesa do trabalho e as necessidades de transformação social, de humanização da sociedade, que encontramos a crise da ética moderna.

A sociedade precisa encontrar novos valores para afirmar a humanidade e a felicidade das pessoas, mas as normas e valores da esclerosada ética do trabalho persistem reproduzindo a alienação e a ideologia, que são funcionais à lógica capitalista.

É neste contexto contraditório que hoje encontramos o principal desafio e as tarefas da educação atual. A educação, num sentido amplo, e a educação escolar – que é um produto da sociedade capitalista – sempre tiveram como preocupação preparar a juventude para o trabalho.

Nesse sentido, podemos afirmar que a função da educação na sociedade moderna é a de promover a adaptação das novas gerações aos valores vigentes da sociedade burguesa.

Mas a crítica desta sociedade e da ética do trabalho demonstrou que este já não dignifica o homem, pelo contrário, ele promove a degradação física e intelectual por impor às pessoas uma atividade compulsória, monótona e repetitiva que promove uma alienação objetiva.

O trabalho já não é mais fator de emancipação como na emergência do capitalismo, mas fator de desumanização. O trabalho assalariado do capitalismo é degradante e alienante.

Assim, a educação, especialmente a educação escolar, não pode mais pensar em promover uma mera adaptação dos alunos à lógica do trabalho assalariado.

É preciso estabelecer uma relação crítica com ele.

Enquanto a sociedade não encontra os caminhos para uma efetiva transformação social, a escola pode contribuir com esse processo, fazendo a crítica da alienação e da ideologia da ética burguesa do trabalho.

Essa tarefa pode ser realizada recuperando a dimensão antropológica do trabalho nos processos de ensino-aprendizagem. Outro caminho a ser seguido seria a defesa dos princípios democráticos e da cidadania, que veremos a seguir.



## [UNIDADE III]

# PRINCÍPIOS PRÁTICOS E CIDADANIA

Quando pensamos a educação enquanto processo formativo do sujeito que se apropria e transforma o legado cultural das gerações anteriores, e quando reconhecemos a imperiosa necessidade ética da transformação da sociedade atual, pensamos numa outra forma de organização social fundamentada numa democracia e na cidadania plena.

Não podemos afirmar que vivemos numa sociedade democrática e cidadã no Brasil, porque temos eleições regularmente, porque temos liberdade de ir e vir ou porque podemos expressar nossos pensamentos.

O verdadeiro sentido de democracia e de cidadania vai além desses direitos formais. Como podemos pensar em democracia se nas eleições ainda há a compra de votos, os “currais” eleitorais, a troca de favores, o marketing político sem ética, as reeleições eternas do legislativo e outras tantas mazelas que fazem arte desse meio? Não há democracia sem o acesso de toda população aos bens materiais: alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação.

Da mesma maneira, não podemos aceitar apenas uma cidadania formal como um conjunto de “direitos” e “deveres” jurídicos do indivíduo. O

cidadão é o morador da cidade que participa ativamente da comunidade na qual está inserido.

Essa participação ou cidadania ativa conforme DALLARI (1998), significa que o cidadão deve se envolver e discutir com propriedade os problemas comuns que exigem uma solução comum. O cidadão não pode ser o receptor passivo das mensagens, da ideologia veiculada pelos meios de comunicação de massa. O cidadão autêntico não pode ser aquele que apenas diz sim às ideias, aos valores e ao modo de vida das classes economicamente dominantes.

Para o jurista Dalmo Dallari, os princípios fundamentais da ordem democrática são: o respeito à liberdade, o reconhecimento da igualdade e a supremacia da vontade popular. Esses princípios devem constituir uma mediação entre o indivíduo e a sociedade.

Entretanto,

Na consideração da liberdade individual deve estar presente a responsabilidade social que deriva da natureza associativa dos seres humanos. A igualdade democrática deve levar em conta a igualdade quanto aos direitos fundamentais, mas também a efetiva igualdade de oportunidades, que é bem mais do que a igualdade apenas formal ou a igualdade perante a lei. A escolha de representantes deve ser verdadeiramente livre para ser democrática, além de não excluir a possibilidade de controle do desempenho dos representantes do povo, bem como a permanente influência do povo sobre o comportamento dos eleitos (DALLARI, 1998, p 20).

Se a sociedade capitalista produz a alienação pelo trabalho, e reproduz essa condição pela ideologia, talvez a escola constitua um dos poucos espaços de que as classes trabalhadoras dispõem para acessar a cultura erudita e fazer a crítica da sociedade. Essa seria uma condição básica para que os destituídos de poder possam defender os seus interesses. A educação, nesse processo, não se apresenta apenas como uma instância contra-ideológica, pois assim ela seria meramente ideológica.

Ao proporcionar as condições subjetivas para explicar as contradições sociais, ela seria uma condição fundamental para que o sujeito faça o uso da sua própria razão sem a tutela de outrem. Aqui está presente o limite da

educação, em especial o da educação escolar: ela propicia o conhecimento, mas o seu uso depende das prerrogativas éticas do próprio educando.

Pensar a educação numa perspectiva ética, democrática e cidadã significa, também, reconhecer e enfrentar a histórica exclusão social existente ainda hoje no Brasil. Pobres, negros, mulheres, índios e deficientes apenas recentemente conquistaram alguns direitos sociais.

Esse histórico processo de exclusão deixou marcas profundas no imaginário e no cotidiano da sociedade brasileira, e precisa ser enfrentado pela educação escolar. Assim, não é suficiente indicar os avanços da legislação, mas aprender a conviver com as diferenças de maneira saudável no espaço escolar. É preciso ressaltar, que as diferenças culturais expressam a riqueza das experiências que a humanidade produziu e que é possível reconhecer o nosso semelhante no diferente.

Este é um dos desafios mais importantes da escola hoje: enfrentar a competição e o individualismo exacerbado que o capitalismo globalizado dissemina no cotidiano das relações de trabalho e das relações interpessoais.

Criar um clima cultural favorável à solidariedade é confrontar com o etnocentrismo, com a tendência à sobreposição da chamada cultura ocidental em relação às culturas indígenas, africanas e até ao sincretismo cultural que deu identidade à nação brasileira.

Esta perspectiva multicultural na escola confronta também a xenofobia, que é o horror ao diferente, o preconceito e a discriminação que atualmente produzem a reincidência da violência e atos de irracionalidade contra crianças e pessoas indefesas. Com esse comportamento, as pessoas são incapazes de se reconhecer no outro; os seus atos são impensados e destituídos de consequências, e suas vítimas são relegadas a “coisas” inertes.

Se esses princípios podem dar uma orientação para a escola, criando um clima de esclarecimento geral para as novas gerações em relação aos conflitos da sociedade contemporânea, os desafios pedagógicos passam pela socialização do saber elaborado da cultura erudita, e por um ensino de qualidade com espírito crítico.

Esse desafio, por sua vez, remete a uma prática pedagógica que tenha a presença, a permanência e a continuidade dos conteúdos culturais, sobretudo numa escola laica e pública.



# [REFERÊNCIAS]

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998. (Coleção Polêmica)

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais transformadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GONÇALVES, Maria H. B.; WYSE, Nely. **Ética e trabalho**. Rio de Janeiro: SENAC, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação Contemporânea)

VALLS, Álvaro, L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 1994.